

**Tribunal da Relação de Coimbra**  
**Processo nº 189/24.3GAFIG.C1**

**Relator:** ANA CAROLINA CARDOSO

**Sessão:** 03 Dezembro 2025

**Votação:** DECISÃO SUMÁRIA

**Meio Processual:** RECURSO PENAL - DECISÃO SUMÁRIA

**Decisão:** DECLARADA A NULIDADE PARCIAL DA SENTENÇA RECORRIDA E DETERMINADA A REMESSA DO PROCESSO AO TRIBUNAL A QUO PARA PROCEDER À REABERTURA DA AUDIÊNCIA, PELO JUIZ QUE PROCEDEU AO JULGAMENTO, PARA APURAMENTO DAS CONDIÇÕES PESSOAIS DO ARGUIDO E POSTERIOR PROLAÇÃO DE NOVA SENTENÇA, QUE RECONFIGURE A MATÉRIA DE FACTO E A MEDIDA DA PENA EM CONFORMIDADE.

## CONDIÇÕES ECONÓMICAS E PESSOAIS DO ARGUIDO

## INSUFICIÊNCIA PARA A DECISÃO DA MATÉRIA DE FACTO PROVADA

## SANAÇÃO DO VÍCIO PELO TRIBUNAL DE RECURSO

## DECISÃO SUMÁRIA

## REENVIO DO PROCESSO PARA NOVO JULGAMENTO

### Sumário

I - Mesmo que não seja possível obter a comparência do arguido na audiência, o tribunal tem o poder-dever de recorrer a outros meios probatórios para apurar as condições económicas e pessoais do arguido, actualizados ao momento mais próximo possível da sentença, nomeadamente através da elaboração do relatório social.

II - Na falta de tais elementos a sentença padece do vício da insuficiência para a decisão da matéria de facto provada, cuja sanção não é possível ser feita pelo tribunal de recurso por depender de prova a produzir.

III - Tratando-se de matéria de direito objecto de múltiplas decisões dos tribunais superiores no mesmo sentido, encontra-se preenchido o fundamento para prolação de decisão sumária, a que se refere o artigo 417.º, n.º 6, alínea d), do C.P.P.

IV - Quando a nulidade decorrente da verificação de um vício da sentença não

envolve o juízo sobre a culpabilidade já efectuado, nada obsta a que o mesmo juiz reabra a audiência para produção de prova suplementar com vista à determinação da sanção.

V - Do que se trata não é de repetir um julgamento, antes de continuar e concluir o julgamento já iniciado e indevidamente concluído.

## **Texto Integral**

\*

Recurso próprio, recebido na forma devida.

## **DECISÃO SUMÁRIA**

### **Art. 417º, n.º 6, al. d), do Código de Processo Penal**

**1.** Por sentença datada de 13 de dezembro de 2024, proferida pelo Juízo Local Criminal da Figueira da Foz, Comarca de Coimbra, no **processo sumário n.º 189/24.3GAFIG.C1**, foi decidido:

*(...) II - Condenar o arguido ..., pela prática, no dia 26-11-2024, em autoria material, de um crime de condução de veículo em estado de embriaguez, previsto e punido pelo artigo 292.º, n.º 1, do Código Penal, com referência ao art.º 69.º, n.º 1, al. a), do mesmo diploma legal:*

**a) na pena de 6 (seis) meses de prisão, suspensa na sua execução pelo período de 1 (um) ano**, mediante a sua subordinação a regime de prova, de acordo com plano a elaborar pelos serviços da DGRSP, que incida, designadamente, sobre a consciencialização a censurabilidade da sua conduta, e ainda, obtido o seu consentimento, devendo o mesmo ser submetido a uma análise para despiste de problemas que venham a ser identificados, designadamente com o consumo de álcool e/ou outras substâncias, e também, obtido o seu consentimento, que seja o mesmo submetido a tratamento de eventuais problemáticas que venham a ser apuradas.

**b) na pena acessória de proibição de conduzir veículos motorizados pelo período de 9 (nove) meses**, nos termos do artigo 69.º, n.º 1, al. a), do Código Penal.

\*

**2.** Inconformado com a decisão, da mesma recorreu o arguido ..., alegando, em suma:

- Devia ter sido aplicado o princípio *in dubio pro reo* e os factos 4, 5 e 9 sido considerados não provados;
- As penas, principal e acessória, são excessivas.

\*

**3.O Ministério Público respondeu ao recurso interposto, ...**

\*

**4. Nesta Relação, o Exmo. Procurador-geral Adjunto emitiu parecer ...**

\*

## **DECISÃO RECORRIDA**

(transcrição extraída da gravação)

«(...) O tribunal declara os seguintes factos provados, com referência à acusação: 1, 2, 4, 5, 9

*[1. Por sentença proferida nos autos de Processo Sumário n.º 146/23.... do Juízo Local Criminal de Pombal – Juiz 2, e transitada em julgado a 2 de outubro de 2023, foi o arguido condenado pela prática de um crime de condução em estado de embriaguez, p. e p. pelo artigo 292º, n.º 1, do Código Penal, nomeadamente, na pena acessória de proibição de conduzir veículos motorizados pelo período de 7 (sete) meses;*

*2. No dia 10 de outubro de 2023, no âmbito dos referidos autos, o arguido entregou a sua carta de condução, para cumprimento daquela pena acessória;*

4. No dia 26 de novembro de 2024, pelas 11h14 min., ..., o arguido conduzia um veículo ..., sendo portador de uma **TAS de 1,710 g/l** (após dedução do erro máximo admissível);

5.O arguido sabia que não lhe era permitido conduzir veículos com motor com uma taxa de álcool no sangue igual ou superior a 1,20 g/l, e, não obstante, agiu pela forma supra, fazendo-o deliberada, livre e conscientemente, bem sabendo que a sua conduta era proibida e criminalmente punível;

9. Em tudo, o arguido quis agir como agiu, livre, voluntária, deliberada e conscientemente, bem sabendo que a sua conduta era proibida por lei e criminalmente punida, o que não o impediu de a encetar.] (transcrição nossa)

(...)

Para concluir deste modo, o tribunal valorou essencialmente no que diz respeito aos factos provados, as declarações do arguido, de certa forma foi assumindo a prática dos factos aqui em causa, contextualizando que neste dia tinha sido notificado para se dirigir à esquadra ..., após (...) ter saído das instalações da esquadra deslocou-se um estabelecimento onde ingeriu bebidas alcoólicas. Depois foi intercetado e referiu que bebeu apenas um copo. .... Por isso, e não obstante a referência à pouca quantidade, dúvidas não restam de que o arguido praticou os factos descritos, fazendo de forma livre voluntária deliberada e com consciente, sabendo que a sua conduta era proibida e punida por lei.

...

\*

### **QUESTÃO PRÉVIA AO CONHECIMENTO DO RECURSO:**

### **VÍCIO DE INSUFICIÊNCIA DA MATÉRIA DE FACTO**

### **PARA A DECISÃO - art. 410º, n.º 2, al. c), do C.P.P.**

Salvo o devido respeito, e efetuada a transcrição completa da sentença ditada para a ata, padece a mesma do vício a que se refere o art. 410º, n.º 1, al. a), do Código de Processo Penal, por não constarem da sentença quaisquer

factos referentes à personalidade e situação socioeconómica do arguido para sustentar a medida concreta da pena aplicada.

Para além dos antecedentes criminais do arguido, que constam do respetivo certificado de registo criminal e que a sentença não refere, na fundamentação da escolha e determinação da medida da pena da sentença recorrida o julgador recorre aos mesmos, bem como a condições pessoais (profissão) que não constam dos factos provados. Aliás, para além da profissão, colhida na identificação do arguido, e dos antecedentes criminais, relativamente aos quais a sentença é omissa, não constam nem foram utilizadas quaisquer outras condições pessoais do arguido...

O arguido faltou à continuação da audiência de julgamento onde, aliás, foi proferida a sentença, não tendo prestado declarações quanto às suas condições de vida.

Ora, estabelece o art. 410º, n.º 2, al. a), do Código de Processo Penal o seguinte: *“Mesmo nos casos em que a lei restrinja a cognição do tribunal de recurso a matéria de direito, o recurso pode ter como fundamentos, desde que o vício resulte do texto da decisão recorrida, por si só ou conjugada com as regras da experiencia comum, a insuficiência para a decisão da matéria de facto provada”*. Os vícios têm de resultar da própria sentença, por si ou conjugada com as regras da experiência comum, sem necessidade de recurso a elementos estranhos à mesma ([1]).

... ([2]).

A sentença enferma de insuficiência de matéria de facto quando o tribunal deixa de apurar ou de se pronunciar sobre factos relevantes para a decisão, alegados pela acusação, pela defesa ou resultantes da discussão da causa, ou ainda quando o tribunal não investigou factos essenciais para a decisão que deviam ter sido apurados em julgamento, como para a escolha e determinação da medida da pena ([3]).

Na realidade, a atividade judicial de determinação da pena é, toda ela, juridicamente vinculada e não puramente discricionária, impondo a consideração das circunstâncias concretas a que se refere o n.º 2 do art. 72º do Código Penal, plasmadas em factos, que devem ser conjugados com *“regras de direito escritas e não escritas, elementos descritivos e normativos, atos*

*cognitivos e puras valorações*”, erigindo desta forma a “fase de **juridificação** da determinação da pena” ([4]).

O n.º 2 do art. 71º do Código Penal manda o julgador atender, para a determinação concreta da pena, a todas as circunstâncias que, não fazendo parte do crime, deponham a favor e contra o agente, desde que relevantes para a culpa e a prevenção, geral e especial, como decorre do n.º 1. O n.º 3 do mesmo preceito impõe que na sentença sejam expressamente referidos os fundamentos da medida da pena.

Dada a importância do apuramento das condições relativas à personalidade e modo de vida do agente, o Código de Processo Penal português consagrou o designado *sistema de cèsure*, encontrando-se a produção de prova na audiência de julgamento cindida: o tribunal decide, primeiro, a questão da culpabilidade e só depois de concluir ser de aplicar no caso uma pena ou medida de segurança produz prova (incluindo a elaboração de relatório social) relativa à personalidade e condições pessoais do arguido, podendo reabrir a audiência para produção de prova suplementar com esse objetivo (arts. 368º a 371º do Código de Processo Penal).

No caso dos autos, não constam dos factos provados ditados as condições de vida do arguido, nem os seus antecedentes criminais, pese embora o certificado se encontre junto aos autos. Em rigor, nem foram ditados os factos relativos à culpabilidade....

Mesmo que não seja possível obter a comparência do arguido na audiência de julgamento, o tribunal tinha o poder-dever de recorrer a outros meios probatórios para apurar as condições económicas e pessoais do arguido, atualizados ao momento mais próximo possível da sentença, nomeadamente através da elaboração do relatório social a que se refere o art. 370º do Código de Processo Penal.

Verificado se encontra, assim, o vício de insuficiência para a decisão da matéria de facto provada, que não é suprível nesta instância por depender de prova a produzir.

Maioritariamente, a jurisprudência tem entendido que a nulidade decorrente da omissão do apuramento de factos relativos à situação pessoal e económica do arguido implica o reenvio do processo para novo julgamento, conforme se encontra previsto nos arts. 426º, n.º 1, e 426º-A do Código de Processo Penal.

No entanto, importa atentar que o reenvio tem por objetivo evitar a repetição do julgamento perante o mesmo tribunal que tomou já posição sobre a prova produzida. Quando a nulidade decorrente da verificação de um vício da sentença não envolve o juízo sobre a culpabilidade já efetuado nos termos do art. 368º do Código de Processo Penal, no plano dos princípios vigentes no processo penal nada obsta a que o mesmo juiz reabra a audiência para produção de prova suplementar com vista à determinação da sanção ([5]). Não tem cabimento determinar a remessa dos autos para outro tribunal, antes assegurando a prolação da nova sentença pelo mesmo juiz o princípio da plenitude da assistência dos juízes, consagrado no art. 328º-A do Código de Processo Penal ([6]).

Do que se trata não é de repetir um julgamento, antes de *continuar e concluir o julgamento já iniciado* (e indevidamente concluído, por não ter incidido sobre a sua segunda parte, a que se referem os arts. 369º a 371º do Código de Processo Penal).

Como se decidiu no acórdão do STJ de 27-06-2012 ([7]), *“o artigo 40.º do CPP assume uma específica dimensão processual que tem por objetivo essencial assegurar uma das finalidades últimas do processo penal que é o da garantia da imparcialidade que caracteriza o processo justo a que tem direito qualquer arguido.*

*O funcionamento da tutela da imparcialidade, ínsito na reformulação operada no artigo 40.º do CPP, não tem cabimento quando está em causa a mera supressão de causas de nulidade detetadas na decisão e não uma nova apreciação da matéria de facto.” ([8]).*

Por essa razão importa neste caso determinar a remessa para o mesmo tribunal ([9]) de molde a que a audiência seja reaberta para a determinação da sanção, nos termos do art. 371º do Código de Processo Penal ([10])

Na verdade, no sistema de *césure* de que é tributário o nosso sistema processual penal a questão da determinação da sanção aplicável é destacada da questão da determinação da culpabilidade do agente. A reabertura da audiência que se ordena encontra-se prevista no art. 371º do Código de Processo Penal, e tem por objetivo a produção de prova suplementar ainda não produzida, relativamente à qual o tribunal recorrido não tomou ainda posição. Por essa razão, e contrariamente às regras vigentes no reenvio, não está em

causa *evitar* a repetição do julgamento por um tribunal que tomou anteriormente posição sobre a valia da prova produzida.

Esta a razão para deferimento da competência para produção de prova suplementar exatamente ao mesmo tribunal/juiz que presidiu aos restantes atos relativos à culpabilidade do arguido ([\[11\]](#)).

Tratando-se de matéria de direito objeto de múltiplas decisões dos tribunais superiores no mesmo sentido, considera-se encontrar-se preenchido o fundamento a que se refere o art. 417º, n.º 6, al. d), do Código de Processo Penal.

Assim, impõe-se a **reabertura da audiência de julgamento para o apuramento das condições sociais, familiares e económicas, do arguido, bem como a posterior prolação de nova decisão que deverá consignar quer os antecedentes criminais do arguido, quer os factos que se venham a provar relativos às condições de vida do arguido.**

\*

## **DECISÃO**

Pelas razões expostas, decide-se:

**Declarar a nulidade parcial da sentença recorrida, ordenando-se a remessa do processo ao tribunal *a quo* a fim de se proceder à reabertura da audiência para apuramento das condições pessoais do arguido, e, posteriormente, à prolação de nova sentença que reconfigure a matéria de facto e a medida da pena em conformidade - a ser efetuada pelo Exmo. Juiz que presidiu ao julgamento anterior.**

Sem tributação.

Coimbra, 3 de dezembro de 2025

Ana Carolina Veloso Gomes Cardoso (relatora – processei e revi)

[\[1\]](#) Cfr. Simas Santos e Leal-Henriques, Recursos Penais, 8ª ed., pág. 77-78, e



Germano Marques da Silva, direito Processual Penal Português, Do Procedimento, Univ. Católica, 2018, pág. 323 e ss.

[2] A título exemplificativo, v. Acórdãos do Supremo Tribunal de Justiça de 24.10.2013, Proc. 53/12.9GACUB.S1, 5ª seção, e de 13.11.2013, proc. 33/05.0JBLSB.C1.S2, 3ª secção.

[3] Veja-se o Ac. desta Relação de 5.11.2008, rel. Jorge Gonçalves, proc. 268/08.4GELSB.C1, e a jurisprudência aí citada, em [www.dgsi.pt](http://www.dgsi.pt).

[4] Cf. Figueiredo Dias, “Direito Penal Português – As Consequências Jurídicas do Crime”, 1993, págs. 194-195.

[5] - Concordando com o Juiz. Cons. Simas Santos, na declaração de voto que apôs no Ac. de 29.3.2003, proc. 03P756, em [www.dgsi.pt](http://www.dgsi.pt).

[6] Cf. Ac. da Relação de Évora de 16.2.2016, rel. Fernando Ribeiro Cardoso, proc. 3/16.3YREVR, em [www.dgsi.pt](http://www.dgsi.pt).

[7] processo n.º 127/10.0JABRG.G2.S1.

[8] - Citado no Ac. referido na nota 7.

[9] O denominado “reenvio atípico”, a que se refere Carmona da Mota, no Ac. do Supremo Tribunal de Justiça de 13.3.2003, proferido no Proc. 03P623, em [www.dgsi.pt](http://www.dgsi.pt).

[10] no mesmo sentido, cf. os Acórdãos da Relação de Lisboa de 10.9.2013, proc. 58/12.0PJSNT.L1-5, de 23.5.2017, proc. 307/14.0PEAMD.L1-5, rel. Artur Vargues, e desta Relação de Coimbra de 1.6.2022, rel. Paulo Guerra, proc. 218/21.2GCCVL.C1, todos em [www.dgsi.pt](http://www.dgsi.pt).

[11] no mesmo sentido, cf. Ac. do Supremo Tribunal de Justiça de 18.12.2008, rel. Simas Santos, proc. 08P2816, em [www.dgsi.pt](http://www.dgsi.pt), e Ac. da Relação de Lisboa de 18.2.2014, rel. Jorge Gonçalves, em Coletânea de Jurisprudência, 2014, tomo I, p. 147-149.

---